



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA
228ª SESSÃO
(SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA)

Em 8 de Novembro de 2018
(Quinta-Feira)

Às 9 horas

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 133 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Passa-se às

BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Delegado Waldir.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, servidores da Câmara, brasileiros e brasileiras, os jornais de hoje estampam em sua capa uma votação que aconteceu ontem no Senado que aprovou a elevação do salário dos Ministros do STF, do atual teto de 33 mil reais para quase 40 mil reais.

Estamos em final de Governo e sabemos da grande crise financeira no nosso País. Sabemos que no Brasil há mais de 14 milhões de pessoas desempregadas. Muitas delas sequer têm dinheiro para o transporte do ônibus, para comprar gás, para pagar aluguel, para comprar cesta básica, para comprar alimentos. Esse é um gesto de despojamento, de falta de respeito com o brasileiro, que acabou de sair das urnas e fez uma grande renovação naquela Casa. Inclusive, V.Exa., Sr. Presidente, foi levado desta Casa para o Senado Federal. Parece-me que alguns dos nossos pares não perceberam o novo momento por que passa o País.

Sr. Presidente, brasileiros que nos assistem neste momento, a pior consequência ainda está por vir, porque este aumento tem efeito cascata. Ele atinge os Senadores, os Deputados Federais, o Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público, o Poder Judiciário de todo o País, as Assembleias Legislativas, a Câmara de Vereadores, e assim por diante..

Realmente, parece-me que os Senadores não aprenderam a lição, não escutaram a voz das ruas. A voz das ruas, para dar um exemplo a V.Exa., Sr. Presidente, passou o rodo no Estado de Goiás. De 17 Parlamentares, apenas seis foram reeleitos. Onze novos Parlamentares estão chegando na nossa Casa. Havia oportunidade da mudança de dois Senadores em Goiás.

Pois bem, mudou-se os dois Senadores. Foi passado o rodo no governo que estava em Goiás há mais de 20 anos. O eleitor também passou o rodo na Assembleia Legislativa, mas parece que nada disso sensibilizou os nossos Senadores.

Não bastasse isso, com a aprovação desse aumento, eu ouvi o Presidente do STF dizer que agora dá para discutir o fim do auxílio-moradia, que é de 5 mil reais. Ele quer discutir o assunto, não disse que vai abrir mão do auxílio-moradia.

Penso que nós temos que acabar com outras mordomias também, como o auxílio-livro, o auxílio-paletó, jatinhos particulares, helicópteros. Além da questão salarial desproporcional ao salário mínimo do brasileiro, existem também diversas outras mordomias que já poderiam estar sendo discutidas neste momento. Mas eles não fizeram isso.

Mais uma vez, com o apoio de Parlamentares, de Senadores de várias bancadas, de partidos diversos, vence o corporativismo. Esquecem a crise que nós vivemos, a necessidade do enxugamento de Ministérios, do controle de mordomias.

Que País é este, Sr. Presidente? Brasileiros, que País é este?

Esquecem as manifestações das ruas feitas há poucos dias, esquecem que as pessoas estão morrendo na entrada dos hospitais, nas unidades de saúde por falta de UTI. Não existem leitos nem para adultos, nem para idosos, nem para neonatais. Esquecem que policiais estão morrendo por falta de munição. Isso é uma vergonha nacional! Nossos alunos estão estudando em tapetas. Somos um País pessimamente qualificado na questão da educação, Sr. Presidente.

Faltou vergonha na cara dos Senadores que votaram favoravelmente a esse projeto. E eles podem ter certeza de que aqueles que votaram este projeto, muitos deles devem estar indo embora, pegando a vala do cemitério. Mas, com certeza, os eleitores não vão trazê-los nunca mais, vão morrer na mediocridade do seu último mandato. Aqueles que continuam na Casa, Sr. Presidente, podem escrever: 2022 está pertinho. Com certeza, hoje o eleitor é o eleitor das redes sociais. Com certeza, o que se fala no País hoje é a ação covarde desses Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Com a palavra o Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrado que ontem, na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, por unanimidade, foi homenageada, dentre as entidades que lá estiveram, a Federação Nacional dos Urbanitários, representada pelo seu Coordenador Nacional Pedro Blois. Quero parabenizar todos os trabalhadores do setor elétrico e do setor de saneamento. Nós vamos fazer uma luta aqui na Câmara para impedir a aprovação da Medida Provisória nº 844, de 2018, pois saneamento deve ser público.

Quero parabenizar os Governadores eleitos e os atuais que assinaram a moção contrária à aprovação dessa medida provisória. Em nome de todos os trabalhadores do setor elétrico de Sergipe, da DESO, da COHIDRO e do SAAE, em especial do SINDISAN e do SINERGIA, quero dizer que contem conosco nesta luta em defesa das empresas públicas, das empresas estatais, porque água e energia não são mercadoria.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero ainda deixar registrado que, na última segunda-feira, tive uma reunião com nosso Governador reeleito, Belivaldo Chagas, atual Governador e Governador reeleito. Lá estiveram comigo lideranças de Porto da Folha, dentre elas o ex-Prefeito Manoel de Rosinha.

Registro que a Região Nordeste, em especial Sergipe, encontra-se em situação muito difícil, em particular a região semiárida no que tange o problema da seca. O atual Governo e o Governo que toma posse a partir de 1º de janeiro, cujos Presidentes já estão governando em conjunto, precisam urgentemente atuar na questão da seca.

É um dos primeiros anos em que vejo o total abandono por parte do Governo Federal na assistência à questão da água. Nós temos a maior bacia leiteira do Nordeste, uma das mais importantes do Brasil, que é a bacia leiteira da região do Alto Sertão, nos Municípios de Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre, Canindé, Porto da Folha, Gararu, Itabi, Nossa Senhora de Lourdes, Feira Nova, enfim, toda aquela região, de Tobias Barreto até Poço Verde, onde a nossa pecuária leiteira, uma das melhores do Brasil, encontra-se ameaçada.

Então, é fundamental uma decisão urgente do Governo Federal em apoio aos Municípios e aos Estados, em especial ao Estado de Sergipe, para que possam imediatamente resolver a questão do abastecimento de água.

Vi o empenho e a preocupação do nosso atual Governador. Ainda no último sábado, rodei toda a região do Alto Sertão, e a nossa preocupação é com a assistência imediata, principalmente para o pequenos animais e para o gado leiteiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Peço ao Deputado João Daniel que assuma a Presidência dos trabalhos, a fim de que eu possa fazer rapidamente um pronunciamento.

(O Sr. Izalci Lucas, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Daniel, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Tem a palavra o Deputado Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tive a oportunidade de conversar com o nosso Deputado João Campos, autor da Proposta de Emenda à Constituição nº 170, de 2007, que transfere 10% do Fundo Constitucional do DF para o Entorno, e também com o Relator e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Daniel Vilela, que concordaram em retirar essa matéria da pauta para procurarmos uma alternativa de redação, buscando outra fonte de recurso.

Nós sabemos das dificuldades com relação à segurança pública da região metropolitana, mas é inadmissível tirarmos qualquer recurso do Distrito Federal, principalmente do fundo constitucional, para atender a outras demandas. Nós temos que buscar outra solução.

Portanto, agradeço publicamente aos nossos Deputados, colegas de Goiás, que estão exercendo o seu papel, evidentemente, buscando mais recursos para o seu Estado, mas não podemos comprometer a segurança pública do Distrito Federal.

Quero aproveitar ainda a oportunidade, Sr. Presidente, para reforçar a afirmação que tenho feito nos últimos 4 anos: á falta de diálogo do nosso Governador Rodrigo Rollemberg com a bancada do Distrito Federal.

Apesar de ele haver sido aqui coordenador de bancada — foi Deputado e Senador — nós ficamos praticamente durante 4 anos sem nenhum diálogo com o Governo. Isso refletiu, evidentemente, nas eleições, e por isso o seu índice de rejeição foi tão grande, haja vista que não conseguia sequer executar emendas individuais ou até mesmo impositivas da bancada. Está aí o reflexo disso.

Agora, espero que o novo Governador tenha outro comportamento com toda a bancada. Nós já fizemos a primeira reunião, definindo para o ano que vem as emendas impositivas da bancada, que dividimos para saúde, educação e segurança, que são as três áreas principais. Apresentamos também já hoje, que é o último dia das emendas, as emendas individuais.

Obviamente, em face do estado de calamidade em que se encontram as escolas e os hospitais, eu, particularmente, fiz diversas emendas individuais para várias escolas e vários hospitais. Espero que, a partir de janeiro, nós possamos ver a implantação e a execução dessas emendas, porque nunca se perderam tantos recursos como nos últimos 4 anos. Até mesmo a emenda que destinamos para a construção do Hospital do Câncer — mais de 140 milhões — está fazendo agora 3 anos, e sequer foi lançado o edital de licitação.

Que no início do ano — o projeto já foi aprovado pelo Ministério da Saúde e os recursos já estão disponíveis — seja lançado o edital dessa grande obra tão importante para Brasília, tendo em vista que inúmeros pacientes realmente necessitam de apoio para o tratamento de câncer. Com esses recursos, tenho certeza de que Brasília terá um centro de referência nessa área, graças à bancada do Distrito Federal.

Nós temos conversado muito sobre o assunto durante esses 4 anos, a bancada sempre trabalhou em prol do DF, independentemente de questão partidária. Que, a partir de janeiro, seja dada continuidade a esse trabalho no sentido de priorizar o DF, colocando mais recursos, buscando mais investimentos. Agora no Senado espero também atrair novos investimentos para Brasília, buscar mais recursos para grandes obras de saneamento, metrô e uma série de ações que precisam ser implantadas aqui na cidade.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que divulgue este pronunciamento nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

Solicito que o Deputado Izalci Lucas reassuma a Presidência dos trabalhos.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos sabem — é inegável — a minha amizade, o meu respeito e o meu trabalho, que até ajudou um pouco o Presidente eleito Bolsonaro a chegar ao Palácio do Planalto. Mas na minha vida pública há certas coisas sobre as quais não consigo ficar calado. Eu quero externar aqui a minha decepção com a fusão do Ministério da Segurança Pública e o Ministério da Justiça.

Como Deputado, lutei nesta Casa durante 20 anos para criar o Ministério da Segurança Pública. Fiz uma moção, reunimos uma bancada, chegamos até o Presidente Michel Temer. Mostrei a ele que a criação do Ministério da Segurança Pública era fundamental para o nosso País.

Inicialmente, a ideia foi refutada, eu entendi. Mas pedi que colocassem, então, Ministério da Justiça e Segurança Pública. E isso foi feito. Mesmo assim, sentia que nós tínhamos que avançar nessa nossa pretensão da bancada da segurança pública. Depois, o Presidente Michel Temer cria o Ministério da Segurança Pública. Foi um orgulho para todos nós. Foi o coroamento do trabalho dos Parlamentares que defendem uma segurança pública de qualidade para o povo brasileiro. A segurança pública precisa de normas padronizadas, precisa de conhecimento técnico. Porém, para tristeza minha, agora o Presidente eleito, meu amigo, funde o Ministério da Segurança Pública com o Ministério da Justiça.

Desculpem-me, mas acho isso um retrocesso! É um retrocesso porque o Ministro Sergio Moro — com todo o respeito que eu tenho por ele — não tem o conhecimento técnico para desenvolver as atividades de segurança pública. O Ministério da Justiça poderia até voltar a ter a Polícia Federal sob sua subordinação. Eu até concordo com isso. Mas pegar um Ministério tão importante como o da Segurança Pública e fazê-lo simplesmente desaparecer, fundi-lo com o Ministério da Justiça?! Eu não posso concordar. Repito, acho isso um retrocesso!

E digo mais, para todos aqueles que militam na área da segurança pública foi uma grande decepção. Evidentemente, não vou me calar porque é a dedicação de um trabalho. Fomos nós que buscamos este Ministério, fomos nós que fomos, por duas vezes, ao Palácio do Planalto, com a bancada da segurança, pedir a criação do Ministério da Segurança Pública.

Nós aprovamos aqui o SUSP — Sistema Único de Segurança Pública, Presidente Izalci, que para nós é um coroamento. Votamos essa lei aqui para exatamente dar condições de trabalho ao Ministério da Segurança Pública, que vai emitir normas padronizadas para todos os Estados da Federação.

Hoje o sistema policial brasileiro é uma verdadeira colcha de retalhos, uma Torre de Babel, ninguém se comunica com ninguém, as informações são desencontradas. Cada um permanece com as suas informações e não as compartilha.

A bandeira principal do Presidente eleito foi segurança pública. E agora ele pega o Ministério da Segurança Pública e o coloca junto com o Ministério da Justiça? Isso não pode dar certo!

Meu amigo Bolsonaro, V.Exa. não pode confundir segurança nacional com segurança pública! Eu quero que V.Exa. pelo menos escute os companheiros da área da segurança pública. Um general entende muito de segurança nacional, mas não tem o conhecimento técnico de segurança pública. Perdoe-me, acho que é isso o que se está se desenhando. O que está se desenhando no seu Governo é que quem vai assumir a Pasta da Segurança Pública, se for general, com todo o respeito às Forças Armadas, não detém o devido conhecimento técnico numa área que é voltada para a comunidade, para a sociedade civil, que é a segurança pública.

Eu faço aqui um apelo para que V.Exa. reveja essa situação. Essa é uma situação que nos deixa constrangidos, e ninguém vem aqui falar, porque é seu amigo. Eu não sou assim. Eu tenho que falar. É por isso que eu estou dizendo, em alto e bom som, que essa fusão realmente é um retrocesso e vai atrapalhar tudo o que nós conquistamos aqui nesta Casa com a bandeira da segurança pública.

Presidente, peço a V.Exa. que conste o meu pronunciamento, nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*, porque se, daqui a alguns dias ou em 6 meses, as coisas começarem a dar errado, não diga que pelo menos não foi avisado. Eu falo e aviso, porque sou amigo. Não sou puxa-saco, sou amigo, e já demonstrei isso. Do resto cada um faça o seu juízo de valor. Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Alberto Fraga, o Sr. João Daniel, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Com a palavra o Deputado Beбето.

O SR. BEBETO (PSB - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me associar aos críticos das primeiras iniciativas do Governo Bolsonaro. Eu vejo agora o seu aliado de primeira hora, o Deputado e Coronel Alberto Fraga, fazendo uma dura crítica ao método que S.Exa. está impondo para a formação do próprio Ministério. Eu também quero criticar algumas medidas que estão sendo adotadas pelo atual Presidente eleito Jair Bolsonaro.

Vejam, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no ano passado, houve uma verdadeira atuação de parte dos Parlamentares desta Casa que foi configurada como ódio contra a classe trabalhadora. O resultado da assunção do Presidente Michel Temer foi a implementação de medidas nocivas àqueles que vivem do trabalho, à classe trabalhadora, com a propalada reforma trabalhista.

Sob o manto da possibilidade de gerar emprego, ela foi implementada. O resultado que nós estamos colhendo com essa reforma, sem sombra de dúvidas, é mais desemprego. Ela não gerou emprego, e, sim, precarização das relações de trabalho.

Além disso, há forte incidência daqueles que são da base do Presidente Temer para a quebra do movimento sindical. Querem quebrar a estrutura sindical para que o empresariado brasileiro tenha um território livre para atuar. Isso vem gerando profunda exploração da classe trabalhadora, como nós estamos a assistir neste atual momento, que é a tentativa de imposição dos empresários de uma agenda negocial sem direitos para os trabalhadores.

Agora, vem o Presidente eleito e indica como medida do seu Governo o fim do Ministério do Trabalho. Percebam que, além da queda promovida pelo Michel Temer com a reforma trabalhista e com a quebra dos sindicatos, vem o coice. Agora, com o fim do Ministério do Trabalho, terão território livre para atuação dos empresários, sem fiscalização do movimento sindical, sem fiscalização daquele Ministério, o que tornará uma barbárie as relações de trabalho neste País.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, nós temos que deplorar esta iniciativa, nem mesmo os empresários, que têm uma visão de um capitalismo moderno, mesmo membros do Ministério Público do Trabalho e juízes do Trabalho estão satisfeitos com esta medida, parte da sociedade não está satisfeita com esta medida do fim do Ministério do Trabalho. A quem os trabalhadores irão recorrer, se a imposição da legislação trabalhista impede a fiscalização, tenta impedir a luta dos sindicatos?

Nós tínhamos como recorrer à fiscalização do Ministério do Trabalho, quando havia condições de trabalho análogas ao escravismo ou de empresários de má-fé, que não pagavam os direitos dos trabalhadores, não assinavam suas carteiras.. Agora, com o fim dele, como pretende o Sr. Jair Bolsonaro, há um território livre para a profunda exploração dos trabalhadores.

Portanto, a nossa crítica se associa à crítica das centrais sindicais, do movimento sindical brasileiro, do Ministério Público do Trabalho e de importantes advogados da Ordem dos Advogados do Brasil. A nossa posição é contra o fim do Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na verdade, estamos vivendo um processo extremamente duro neste País.

Primeiro, nós temos uma eleição que foi determinada em grande medida por uma série de mentiras, que foram difundidas com recursos ilegais, porque nós temos uma candidatura de Bolsonaro, que saiu vitoriosa das urnas, que tem os pés de barro. Por que tem os pés de barro? Porque foi construída em cima de mentiras sobre mentiras, além disso, com o financiamento ilegal, porque não há possibilidade pela lei de financiamento empresarial de campanhas.

Nós vimos que essas mentiras foram financiadas por empresas que não têm qualquer tipo de retaliação e construídas por um cabo eleitoral de toga chamado Sérgio Moro. Está claro isso hoje. Está claro hoje que houve a construção de uma candidatura que teve como cabo eleitoral um representante do Poder Judiciário.

Primeiro, ele tornou Lula inelegível, sem provas e sem crimes. Isso não foi suficiente para a população brasileira abandonar Luiz Inácio Lula da Silva e deixar de ter acesa a esperança de voltar a ter um governo que incluía o povo brasileiro, um governo que identifique as paredes e os tetos de vidro e que enfrente as paredes e os tetos de vidro.

Lembro que, mesmo inelegível, quando Lula sai em caravanas pelo Brasil, uma senhora tira da gaveta o diploma do seu filho e diz: "*Lula, meu filho é doutor*". Ao mesmo tempo, outra senhora aborda Lula no interior do Piauí e lhe diz: "*Olha, esta cor que está no meu rosto é de fuligem de lamparina, que joguei fora com o Luz para Todos*".

Portanto, calou fundo no povo brasileiro a experiência de ter esse projeto de desenvolvimento nacional. O Governo Lula trabalhou com o pleno emprego, um projeto de desenvolvimento nacional que acionou cadeias produtivas e, portanto, gerou emprego. Naquele Governo, no Governo Lula, nós tivemos o melhor resultado da Previdência, porque, se há o aumento da formalidade no mercado de trabalho, há o aumento da contribuição previdenciária. Por isso, foi o período em que tivemos o melhor desempenho da Previdência.

Então, não foi suficiente tornar Lula inelegível: tiveram que prender Lula e impedi-lo de dar qualquer entrevista. Isso foi construído com aquele que ganhou como prêmio o Ministério da Justiça e da Segurança. O que Sérgio Moro entende de segurança? Absolutamente nada, absolutamente nada. E diz: "*Não, farei um governo técnico. A questão do desarmamento, ou do armamento, é algo que tem que ser avaliado, mas, como foi uma proposta política do Presidente, nós não temos como nos contrapor a ela*". Bom, isso não é posicionamento técnico, é posicionamento político — político! Estará em um Ministério uma pessoa que confessou a utilização de caixa dois. O mesmo Sérgio Moro que disse que caixa dois era pior do que qualquer outro tipo de corrupção diz agora que o Sr. Onyx Lorenzoni, que é um Ministro do Governo Bolsonaro, pediu desculpas. Portanto, é preciso conviver com ele e abraçá-lo, porque pediu desculpas.

Este é o País do cinismo! Nós temos um governo cínico, um governo que diz que vai retirar a Embaixada do Brasil em Israel de Tel Aviv e colocar em Jerusalém, sofrendo retaliação do mundo árabe, com quem o Brasil tem uma relação

comercial superavitária. E diz que é preciso desideologizar a política externa brasileira. Bom, ele está ideologizando, porque entra em conflito com a China, entra em conflito com o mundo árabe — que se dane a balança comercial brasileira! E busca acabar com o Ministério do Meio Ambiente! Isso é um acinte a este País. É um acinte a este País flexibilizar as leis de licenciamento, destruir uma construção de vida, uma teia de vida existente neste País e impactar inclusive as relações exteriores.

Quem vai para o Ministério da Agricultura? Uma pessoa que foi uma das maiores defensoras da Lei do Veneno. O Brasil é um dos países que mais consome agrotóxico no mundo, e querem ampliar a oferta de veneno para o povo brasileiro.

Esses que querem o veneno na mesa do trabalhador e do povo brasileiro são os mesmos que querem calar as escolas, amordaçar as escolas e fazer das escolas um espaço de esterilização do conhecimento e do desenvolvimento da consciência crítica.

Portanto, nós estaremos numa resistência, a resistência em nome da felicidade, a resistência em nome da diversidade, a resistência em nome da vida.

E aqueles que querem nos calar, como o Sr. Manato no dia de ontem, tenham a certeza de que não nos calarão!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria registrar que, na manhã do dia 7 de novembro, realizamos uma audiência conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Educação desta Câmara dos Deputados, ocasião em que debatemos os orçamentos das universidades e das instituições de pesquisa brasileiras vinculadas ao MCTI. Tivemos a participação da SBPC, da Academia Brasileira de Ciência, do CNPq, da FINEP, da EMBRAPA e da FIOCRUZ, num debate muito amplo, no qual ficou evidenciado que nós continuamos indo ladeira abaixo no setor de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação.

Notadamente, esse setor sempre foi majoritariamente financiado por recursos públicos, especialmente recursos federais, e, nos três últimos anos, os cortes no orçamento têm sido a cada ano mais drásticos. Para se ter uma ideia, os recursos previstos para o CNPq no ano de 2019 equivalem ao custo do funcionamento e do pagamento das bolsas daquela instituição até setembro de 2019. Para que nós possamos cumprir o pagamento das bolsas e dos projetos contratados pelo CNPq até o fim de 2019, precisaríamos de mais 300 milhões de reais no orçamento.

Os cortes na área da divulgação científica, que são aqueles programas que vão para a ponta, que vão para as escolas de ensino básico, que vão para as cidades médias, para as periferias das grandes cidades, a fim de tornar a ciência mais conhecida, mais palatável para a nossa juventude, levando esses jovens a fazerem vestibular e ENEM para cursos como Biologia, Química, Física e Matemática, foram drásticos. Praticamente, não resistiu nada do Orçamento para a divulgação científica. Nós precisaríamos também melhorar essa questão. A INB e a CNEN, empresas públicas que cuidam da área nuclear, também estão com seus orçamentos totalmente estrangulados.

Então, o que estamos pedindo ao Relator do Orçamento de 2019 e à Relatora Setorial — a Senadora Ana Amélia, que tem uma sensibilidade para o setor — é que nos ajudem a recompor o orçamento da área de ciência, de tecnologia e de inovação das universidades, naquilo que é voltado para investimento e pesquisa, para que nós possamos ter um 2019 minimamente razoável e para que o setor não entre em colapso.

Por fim, Presidente, eu queria registrar a continuidade da nossa luta no Rio de Janeiro pela Fundação de Apoio às Escolas Técnicas, a nossa querida FAETEC, que foi criminosamente desmontada durante o Governo do Pezão. A FAETEC era uma das principais experiências em formação profissional, em qualificação profissional e em ensino técnico e tecnológico, e hoje se encontra praticamente paralisada. Nós levantamos a bandeira junto com o conjunto de servidores da FAETEC e com o sindicato da categoria, no sentido de transformar a FAETEC num instituto estadual tecnológico, a exemplo dos institutos federais, que são uma experiência nacional positiva que envolve qualificação profissional e ensino técnico nos seus mais variados tipos, como o pós-médio, o médio integrado e o ensino superior tecnológico. Nós queremos que esse exemplo colocado em prática pelos institutos federais seja levado também para a FAETEC.

Nesse sentido, nós temos dado continuidade ao trabalho junto à comissão de servidores, que está trabalhando um projeto para apresentar à ALERJ, junto a alguns Deputados da ALERJ, como o Deputado Waldeck Carneiro, do PT do Rio de Janeiro. O objetivo é apresentar ainda este ano um projeto de transformação da FAETEC em instituto estadual tecnológico, recuperando o melhor da FAETEC, que é a sua experiência e capilaridade no Estado do Rio de Janeiro. Esperamos, talvez no início do ano que vem, talvez no final deste ano ainda, votar esse projeto e dotar o Estado do Rio de Janeiro de um instituto estadual tecnológico que tenha autonomia não só administrativa mas também pedagógica para definir os seus cursos e as suas orientações pedagógicas e para eleger os seus reitores, pré-reitores e pró-reitores, a fim de devolver ao

Estado do Rio de Janeiro, à população do Rio de Janeiro, a FAETEC, para que esta possa fazer aquilo que ela melhor faz, que é formar mão de obra, formar profissionais, para a recuperação do Estado do Rio de Janeiro na sua plenitude.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte:

Ato da Presidência

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 391-A, de 2017, do Senado Federal, que "altera o art. 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios", e apensadas, e

Resolve

I - designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II - convocar os membros ora designados para a reunião de instalação e eleição, a realizar-se no dia 20 de novembro, terça-feira, às 15 horas, no Plenário II do Anexo II.

Brasília, 7 de novembro de 2018.

Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSIÇÃO: PEC 391-A

MDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PODE/PMN/PRP/PSDC/PATRI/PRTB

Titulares: Andre Moura (PSC), Carlos Henrique Gaguim (DEM), Covatti Filho (PP), Esperidião Amin (PP), Hélio Leite (DEM), Herculano Passos (MDB), Jhonatan de Jesus (PRB), João Marcelo Souza (MDB), Nilton Capixaba (PTB), (Deputado do PSL ocupa a vaga), 1 vaga.

Suplentes: Deley (PTB), Marcondes Gadelha (PSC), Victor Mendes (MDB - vaga do PV), (Deputado do PROS ocupa a vaga), 8 vagas.

PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Titulares: Aelton Freitas (PR), Evandro Roman (PSD), João Fernando Coutinho (PROS - vaga do PSB), Jorginho Mello (PR), Júlio Cesar (PSD), 4 vagas.

Suplentes: Capitão Augusto (PR), Josi Nunes (PROS - vaga do MDB), Marcos Reategui (PSD), Rubens Pereira Júnior (PCdoB), Vicentinho Júnior (PR), 4 vagas.

PSDB/PSB/PPS/PV

Titulares: Danilo Cabral (PSB), Sarney Filho (PV - Deputado do PROS ocupa a vaga), 3 vagas.

Suplentes: (Deputado do MDB ocupa a vaga), 5 vagas.

PDT

Titular: Ronaldo Lessa.

Suplente: Sergio Vidigal.

AVANTE

Titular: 1 vaga.

Suplente: 1 vaga.

PSL

Titular: Marcelo Álvaro Antônio - vaga do PRP.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Sem revisão do orador.) - Presidente Izalci, quero aproveitar a oportunidade para parabenizá-lo pela eleição ao Senado da República.

Queria fazer um apelo a duas instituições de valor estratégico para a República, para a democracia, para a garantia do direito pleno do exercício da cidadania por todos os cidadãos como objetivo estratégico — o sonho é que todos tenham

direito à saúde, à educação, à moradia. Os Ministérios Públicos cumprem um papel importante como instituições do Estado brasileiro para fazer cumprir a Constituição e para garantir o acesso às políticas que viabilizam o direito.

Mas, para tratar de um tema específico, o apelo que faço é tanto ao Ministério Público do Estado do Pará quanto ao Ministério Público Federal no Estado do Pará, para que ajam, para que tomem a iniciativa — além de outras já tomadas — de provocar a Justiça como órgão do sistema de Justiça, o Poder Judiciário, e, ao mesmo tempo, usar a força institucional para estabelecer com o Governo do Estado algum termo de ajustamento de conduta que garanta vida e dignidade à parcela significativa do povo paraense que tem problema renal crônico.

A Associação dos Renais Crônicos e Transplantados do Pará, há 2 ou 3 dias, denunciou uma série de mazelas que atingem a população que sofre de problemas renais. Por exemplo, mostrou que nós temos hoje, em termos mais reais, 3.162 usuários do sistema classificados como renais crônicos. São pacientes, portanto, que necessitam de permanente atenção do Estado.

Acontece que o Estado do Pará, que já tem quase 9 milhões de habitantes, tem apenas 579 máquinas de hemodiálise. Segundo as normas oficiais da Organização Mundial da Saúde, adotadas pelo Brasil, isso representa apenas a metade da necessidade, de modo que, somente hoje, nós temos pelo menos 185 pessoas necessitando de hemodiálise que estão em uma lista de espera — uma espera que, às vezes, dura até o momento da morte, porque, para muitas doenças, espera é morte. Nós não podemos admitir que o Governo do Estado do Pará, dirigido por Simão Jatene, cruze os braços vendo a morte chegar para esses cidadãos, que, por sinal, são de várias classes, porque os problemas renais não escolhem o pobre ou o rico, o negro ou o branco, o índio ou o oriental. Os portadores dessas doenças crônicas, particularmente as doenças renais, necessitam de uma atenção especializada e permanente.

Para se ter uma ideia, o Hospital Ophir Loyola, que é um hospital de referência para o tratamento do câncer e de doenças renais crônicas, tem pacientes que estão há pelo menos 4 meses hospitalizados esperando pela internação para receberem hemodiálise. Então, na verdade, o Estado está se portando como um Estado homicida, quiçá genocida.

Eu quero parabenizar a luta da Associação dos Renais Crônicos do Pará e, mais uma vez, fazer um apelo, mesmo que estejamos em um final de mandato de governo, por que o que se clama aqui é política de Estado. Não importa se sai Jatene e entra Helder Barbalho; o direito à vida continuará prevalecendo. Nós temos que ter políticas cuja continuidade independa de quem estiver à frente da máquina do Estado. Desde já, o atual Governador Simão Jatene deve cumprir o seu dever e garantir o máximo de condições de dignidade para os renais crônicos.

Para concluir, apenas vou registrar, retomando um tema, minhas preocupações acerca de declarações feitas pelo Presidente eleito. A Amazônia e a soberania nacional são coisas indissociáveis. As declarações do Governo eleito, particularmente do seu Presidente, e as declarações do Governo norte-americano são motivos de preocupação do povo brasileiro.

Presidente Izalci, peço que me conceda mais uma prorrogação de 1 minuto, por favor. Eu lhe agradeço.

Deputado Izalci, V.Exa. foi eleito Senador. Temos diferenças ideológicas, já debatemos e divergimos em muitos pontos, mas temos compromisso com a soberania. Eu queria fazer um apelo a todos os Deputados e Senadores, os atuais e os que foram eleitos: não permitamos que a soberania nacional seja comprometida.

Uma das declarações dadas ontem pelo Presidente Bolsonaro, que afirmou ser um nacionalista, mas que, mesmo sendo militar, já deixava suspeitas por conta da sua história e por bater continência e gritar emocionado "USA!" em frente à bandeira dos Estados Unidos quando ainda era candidato, foi de que a Base de Alcântara, no Maranhão, será entregue para as forças norte-americanas.

Eu disse ao General Luna, o Ministro da Defesa, numa audiência recentemente realizada: não permitam esse assaque à nossa soberania. Guantánamo é parte do território de Cuba. Não há nada que mais incomode o povo cubano. Mesmo depois de as normas internacionais definirem que os Estados Unidos deveriam se retirar de lá, eles se mantiveram em Guantánamo, afrontando a soberania cubana. Na China, em relação a Taiwan, eles não tiveram peito para enfrentar o Governo chinês, que é uma potência militar e bélica. Os Estados Unidos ameaçam, mas não enfrentarão a China.

Como pode um Presidente eleito, que se diz nacionalista, entregar o território brasileiro para a implantação de uma base militar norte-americana? Isso é inadmissível. Quem leu o acordo anterior, que foi barrado na época do Lula pelo Ministro Waldir Pires, que faleceu recentemente, sabe que o que estava acordado com Fernando Henrique e o que, pelas informações, vem sendo negociado agora é que os norte-americanos não terão que dar qualquer informação sobre o que chegará nos contêineres. Inclusive, ogivas nucleares poderão ser instaladas em território brasileiro, e nem o Exército, nem a Marinha, nem a Aeronáutica, nem o Governo nacional terão direito de acessar as informações, terão o direito de fiscalizar o que se faz naquele território.

Isso é um crime contra a soberania, e não vamos aceitar que um Governo eleito pelo povo destrua a independência do País.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Freitas.

O SR. Freitas do PT (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho aqui neste momento para informar a esta Casa, ao Brasil e ao mundo que, no início da noite passada, faleceu no Estado do Tocantins a companheira Raimunda Gomes da Silva, conhecida como Quebradeira de Coco, uma das poucas analfabetas que têm o título de doutora: ela foi considerada doutora *honoris causa* pela Universidade Federal de Tocantins.

D. Raimunda fez, ao longo dos seus 78 anos, a diferença entre todas as lideranças no Bico do Papagaio. Infelizmente, na noite passada, São Miguel do Tocantins ficou de luto.

Manifesto minhas condolências e meus sentimentos de pesar pela passagem da companheira Raimunda Gomes da Silva, a Raimunda Quebradeira de Coco.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero me solidarizar com o Deputado Freitas do PT diante do falecimento da D. Raimunda, conhecida nacionalmente, uma mulher guerreira que representa as mulheres brasileiras, as trabalhadoras. Eu tive o prazer de conhecê-la. Certamente, ela deixa uma linda história de vida, um legado de contribuição para toda a classe trabalhadora, em especial para as camponesas brasileiras.

Sr. Presidente, eu queria deixar registrada nossa preocupação com o povo brasileiro, especialmente com os movimentos da classe trabalhadora, o movimento sindical, as centrais sindicais, a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo, todos os movimentos do campo e da cidade, que lutaram e continuam lutando, criados neste País para lutar pela democracia, por mais direitos e por mais igualdade. Neste momento, todos vivemos uma grande preocupação.

Nós respeitamos o resultado das eleições, no entanto queremos que se apurem as gravíssimas denúncias a respeito da eleição do Presidente Bolsonaro. Entre elas está registrada a denúncia feita pelo nosso partido no Tribunal Superior Eleitoral. Valeu-se de caixa dois, de mentira. Nossa preocupação é com o que está escrito, com o que foi dito e com o que vem sendo dito pelo Governo Bolsonaro.

Bolsonaro representa a continuidade do Governo Temer, um grande acordo do Governo Temer. Agora se ampliam as maldades contra o povo trabalhador. O Governo Bolsonaro diz que vai acabar com o Ministério do Trabalho. A legislação trabalhista e a justiça trabalhista têm uma história de luta do povo brasileiro. Quando diz isso, ele ameaça os direitos trabalhistas conquistados ao longo da história pelo povo trabalhador brasileiro. Quando ameaça dizendo que acabará com o Ministério do Meio do Ambiente, unindo este ao Ministério da Agricultura, ele joga o Brasil no âmbito internacional numa posição de repúdio da comunidade internacional.

No ano passado, estive na Alemanha, na COP 23. Mesmo no Governo golpista, do qual éramos e ainda somos oposição, estava o Ministro do Meio Ambiente, com toda a sua equipe de técnicos do meio ambiente, defendendo as questões ambientais e todos os acordos internacionais, dos quais o Brasil foi e continua signatário. Além disso, o Brasil é referência internacional na defesa de políticas ambientais.

Portanto, nós percebemos que há um grande acordo com as grandes empresas internacionais, que querem, a todo custo, nossa riqueza de minérios, florestas, água, petróleo, bem como nossa soberania nacional.

Deste modo, a preocupação de todos os movimentos que lutam no Brasil, a preocupação da classe trabalhadora é organizar uma grande resistência para que o Governo que se empossará a partir de 1º de janeiro respeite todas as conquistas do povo brasileiro, nossa Constituição, a democracia.

Que possamos fazer um grande movimento para exigir que as decisões que afetam a luta do povo brasileiro sejam impedidas, como a ameaça que envolve o Ministério do Meio Ambiente, em que o Governo, pelo menos diante da declaração que fez, voltou atrás. Esta é uma conquista importante.

Eu quero me solidarizar com o Deputado Alberto Fraga. Apesar de termos divergências, S.Exa. e muitos outros de fato lutaram pelo Ministério da Segurança. No entanto, agora o Governo vem tentar acabar com o Ministério da Segurança, a fim de criar uma superestrutura e garantir o presente àquele que foi aliado de Temer, aliado do golpe, aliado deste Governo: Sergio Moro. Ele foi presenteado com o Ministério da Justiça e com a garantia de que irá para o Supremo Tribunal Federal.

Sergio Moro deixa sua marca de que foi um dos grandes contribuintes e organizadores do golpe, da prisão política do Presidente Lula, que hoje completa 216 dias. É uma prisão política, uma vergonha internacional! Nós não abriremos mão da luta em defesa da libertação urgente do Presidente Lula, porque não há até hoje nenhuma prova sequer contra ele, em nenhum lugar deste País. A prisão foi para garantir que o golpe se completasse e esta eleição tivesse este resultado.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo a palavra ao Deputado Paulão, do PT de Alagoas.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu gostaria de destacar um assunto que esta Casa está pautando nas Comissões: o Programa Escola sem Partido.

Destaco a atuação da Deputada Erika Kokay, do PT, bem como a atuação de outros Parlamentares, diante de um projeto nocivo, Deputado Mentor, para o debate e o contraditório, processo dialético, histórico, que vem da Grécia Antiga. Esta Casa, de forma obtusa, tenta colocar em prática este projeto.

Agora, com o novo Presidente, que irá assumir uma bancada conservadora, uma bancada tacanha, tentam fazer com que matérias importantes para a formação do cidadão e da cidadã, como Geografia, História, Filosofia, Sociologia, matérias das Ciências Humanas, não sejam debatidas. Isso é algo até jocoso. Aliás, está circulando na Internet um vídeo em que uma pessoa reproduz a raiva, destila o ódio, sem forma nem conteúdo. É lamentável a situação a que estamos assistindo no Brasil. Mas eu tenho certeza de que prevalecerá o bom senso. Para isso, porém, é necessário mobilização.

No Estado de Alagoas, um dos germes iniciou este debate, do ponto de vista prático, quando um Parlamentar apresentou o chamado Escola sem Partido, que recebe, em outros Estados, outras denominações. O projeto foi aprovado na Assembleia. No entanto, esse Parlamentar, por coincidência, não obteve resultado positivo nas urnas, porque a sociedade compreendeu a nocividade do projeto.

O Governador Renan Filho, com quem tivemos a oportunidade de falar, bem como o Vice-Governador Luciano Barbosa, que é Secretário Estadual de Educação, compreenderam o processo. O projeto foi aprovado na Assembleia, vetado pelo Governador, a Assembleia derrubou o veto, e a Procuradoria entrou com um recurso em nível nacional, no Supremo, para ser analisado. Tenho certeza absoluta de que será mantida a liberdade de expressão.

A liberdade de expressão é um dos fundamentos da nossa Carta Magna, que completa 30 anos, baseada na importância de a sociedade fazer o bom debate, essência do Estado Democrático de Direito.

Fazendo uma analogia, é como se estivéssemos na Idade Média, quando as ideias não podiam ser debatidas, não havia o contraditório. O futuro Governo faz a análise de que um dos polos da resistência democrática no Brasil são as escolas, que fazem o debate. Assim, além da bancada fundamentalista e retrógrada que há, existem as fundações privadas capitaneadas pelo homem mais rico do Brasil, Paulo Lemann, que nem mora no Brasil — ele mora em Genebra. Ele é um judeu-suíço naturalizado brasileiro. Lemann, considerado hoje o sexto homem mais rico do mundo, tem uma fundação que estimula, nas escolas de segundo grau e principalmente nas universidades, a perspectiva de adotar o Escola sem Partido, financiando uma leva de executivos em cada Estado e fazendo uma disputa nos diretórios para que o Escola sem Partido seja implantado.

Repito: não se trata de Escola sem Partido. Ela tem partido, sim: o partido que não quer o debate das ideias, o partido que não representa a escola, o partido que não representa o contraditório, indo na contramão do mundo, porque hoje, mesmo com as regras capitalistas, o cidadão precisa ter uma visão holística, e não mais a visão tecnicista que permeou o mundo de 1964 a 1985. É importante que as pessoas tenham uma visão globalizada e holística, uma visão cidadã.

A resistência está sendo feita, pela segunda vez, nas Comissões. Ocorreram mobilizações importantes de estudantes e de profissionais da educação. Aproveito para destacar o papel do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas — SINTEAL, que fez uma luta pioneira, ao entrar com uma ação que passou a ser paradigma para esta Casa. Aliás, não fará mais sentido a aprovação ou não do projeto, porque nós possivelmente teremos o resultado do Supremo Tribunal Federal, repito, obedecendo à Constituição e tendo como parâmetro o Estado Democrático de Direito, diante da importância da liberdade de expressão que funda nossa democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo a palavra ao Deputado Antonio Brito, do PSD da Bahia.

O SR. ANTONIO BRITO (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de parabenizar V.Exa. por ter logrado êxito nas eleições para Senador da República. Espero sempre contar com V.Exa. no apoio às Santas Casas e aos hospitais filantrópicos de todo o País. Pelo belo trabalho que vem exercendo nesta Casa, com certeza, na Câmara Alta, fará o mesmo ou ainda melhor.

Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que venho sempre apoiando a área da saúde, as Santas Casas, os hospitais, mas também tenho uma longa trajetória na área da assistência social. Fui Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Salvador, Secretário Municipal de Assistência Social do mesmo Município e Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social no Governo Fernando Henrique e no Governo Lula, quando implementamos várias ações como o Programa Bolsa Família e a base do Sistema Único de Assistência Social.

Quando cheguei a esta Casa, tive o cuidado de fazer, na Comissão de Seguridade Social e Família, um amplo debate entre o Sistema Único de Saúde — SUS e o Sistema Único de Assistência Social — SUAS. Manifestei a necessidade de avançarmos no SUS e no SUAS, para que não incorrêssemos em erros diante dos desafios e das demandas desses dois importantes sistemas que compõem o tripé da seguridade social na Constituição Federal e no Brasil.

Com a competente Deputada Federal Benedita da Silva, ex-Ministra de Estado, tivemos o trabalho de fazer um relatório em que analisamos tanto o SUS como o SUAS e propusemos várias ações, como a consolidação da marca do SUAS. Não há condições de colocarmos o CRAS, o CREAS, o Bolsa Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — PETI, entre os vários programas de assistência social desenvolvidos nesta política tão importante, sem ter consolidada a marca SUAS.

Neste momento, o que importa é que todo o povo brasileiro saiba que o Sistema Único de Assistência Social é uma política de Estado e, portanto, ultrapassará os governos e dará à população, principalmente a população vulnerável socialmente, o impacto necessário em se tratando das políticas que precisamos fazer no País.

Por isso, implementamos um projeto de lei de nossa autoria e de autoria da Deputada Benedita da Silva, projeto que foi transformado na importante Lei nº 13.714, de 2018, aprovada pelo Congresso Nacional no último mês de agosto e sancionada pelo Presidente da República.

Eu tive a satisfação de participar de um importante ato no Palácio do Planalto, de forma suprapartidária, quando pude verificar a implementação do sistema de mobilidade do SUAS, chamado MOB-SUAS.

Quero parabenizar o Ministro Beltrame pela iniciativa de fazer cumprir a legislação e dar uma marca configurativa ao nosso sistema, consolidando o Sistema Único de Assistência Social — SUAS, por meio do qual ele e sua equipe implementaram todo o sistema de mobilidade.

Parabenizo a equipe do Ministério do Desenvolvimento Social — MDS, bem como o Augusto Rocha e o Tiago, que, com a liderança do Ministro Beltrame, fizeram o modelo do MOB-SUAS, que está agora nas ruas do Brasil.

Quinhentos veículos serão distribuídos às Prefeituras e às entidades em todo o Brasil. Micro-ônibus, barcos e veículos de menor porte vão ajudar neste trabalho importante que tem sido realizado nos Centros de Referência de Assistência Social — CRAS, nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, no Programa Bolsa Família, em todas as ações em prol dos moradores de rua, em tudo o que pudermos traçar no âmbito da assistência social.

Eu estou extremamente feliz. Eu sou um defensor das Santas Casas, milito por elas, presido a Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas de Misericórdia nesta que é uma luta incessante.

Não tenham dúvida de que uma ação como esta de um Ministro sensibilizado com uma lei feita por esta Casa, a Lei nº 13.714, de nossa autoria e da ex-Ministra Benedita da Silva, mostra que a assistência social é uma política de Estado acima de governo.

Parabéns ao Ministro Beltrame!

Parabéns a todos os Prefeitos e aos Governos que aderiram ao MOB-SUAS! Assim, eles terão os veículos necessários para atender à população que mais precisa no nosso País.

É assim que construímos a política pública da assistência social, trabalhando em Brasília e levando melhorias para os Municípios que tanto precisam.

Este é o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(O Sr. Izalci Lucas, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Andrade, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Andrade. PHS - RR) - Muito obrigado por suas palavras, Deputado Antonio Brito, do PSD da Bahia.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulão, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT da Bahia. S.Exa. dispõe de 10 minutos para suas considerações.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Faço apenas uma correção: sou do PT de Alagoas. Sem dúvida nenhuma, a Bahia é um Estado pelo qual tenho muito apreço. O Nordeste, sem dúvida nenhuma, é a representação da resistência: comprovou a importância do Brasil quando votou no nosso candidato. O Nordeste deu uma mostra da importância da resistência democrática.

Sr. Presidente, utilizando o tempo de Liderança, mesmo o novo Presidente não tendo ainda assumido, levanto várias preocupações fundantes da democracia, importantes para o mundo do trabalho, para a política de direitos humanos, para a política externa, para as várias políticas, independentemente do Governo.

Antes de o PT assumir — Lula assumiu a partir de 2003 —, estas políticas já existiam e foram fortalecidas. Mas há uma política que antecede tudo isso, uma política da década de 40, quando o Presidente Getúlio Vargas, ao compreender a importância do mundo do trabalho, cria, a partir das reivindicações e da conjuntura da época, o Ministério do Trabalho. Getúlio cria a Justiça do Trabalho e, depois, o Ministério Público do Trabalho.

No conflito entre o capital e o trabalho, foi fundamental que houvesse essas estruturas, porque a parte insuficiente, a parte mais fraca, sempre foi a classe trabalhadora.

Este processo funcionou e, pasmem os senhores e as senhoras, de 1964 a 1985, no período da ditadura militar. Nem durante a ditadura militar houve coragem para desmontar o Ministério do Trabalho: ele foi mantido e fortalecido com a redemocratização. Vivemos vários governos, de várias siglas partidárias.

Agora o Presidente recém-eleito anuncia — ele mesmo, não é nenhum porta-voz dele — que vai acabar com o Ministério do Trabalho ou rebaixar seu *status* para uma secretaria, ou, ainda, alocar em que Ministério poderá ficar o antigo Ministério do Trabalho. Se depender do novo Presidente, ele será praticamente extinto. Isso é lamentável!

Na realidade, trata-se de um processo de vingança, porque o movimento sindical sempre teve uma resistência, nunca foi unificado. Nesta Casa mesmo, temos representações de algumas centrais sindicais, a exemplo da força sindical, do Deputado Paulinho da Força. Eu, particularmente, tive uma história no movimento sindical: fui fundador da CUT Nacional e da CUT Estadual. Nós tivemos divergências, mas o próprio Deputado Paulinho da Força, que entre outros apoiou o futuro Presidente, já começa a reagir.

Este processo de vingança contra o movimento sindical, que ele enxerga como um movimento organizado não só no Brasil, mas no mundo, é um processo, repito, que busca tentar aniquilar a classe trabalhadora. Mas isso não vai ocorrer. Ao contrário, as organizações serão mantidas. Tenho certeza de que, no momento exato, com firmeza, inteligência e paciência histórica, haverá grandes mobilizações.

Sr. Presidente, eu faço este registro como um protesto em relação ao anúncio feito pelo futuro Presidente de acabar com o Ministério do Trabalho.

Eu repito a importância de haver uma instância na relação entre o capital e o trabalho.

Fico preocupado com a relação das políticas internacionais, à qual a grande imprensa não deu destaque. O atual Ministro das Relações Exteriores viajou, foi à Palestina, e não foi recebido. Ele conseguiu chegar à Palestina, mas não foi recebido, pois o anúncio feito pelo futuro Presidente, sem aprofundamento nenhum, sem ouvir o corpo diplomático do Itamaraty, deu preferência unilateral em relação a Israel, criando uma desestabilização diplomática.

Há obediência total dele aos Estados Unidos. Aliás, ele prestou continência à bandeira americana. Não presta continência à Bandeira brasileira, mas à americana presta. Isso vai gerar modificações, sim, no corpo diplomático, na visão diplomática, visão que estava sendo construída e consolidada diante da importância do MERCOSUL para a disputa do mercado globalizado.

E ele já anuncia o desmonte praticamente do MERCOSUL. O "superpoderoso da economia", o desequilibrado Paulo Guedes, quando abordado por uma jornalista argentina, soltou impropérios, não respeitou o jornalismo e deixou claro que o MERCOSUL não será mais prioridade, assim como o BRICS. Isso poderá afetar a nossa relação com a Rússia, com a China, que tem um papel fundamental. Essa questão é muito preocupante.

Aliada a isso, outra discussão nesta Casa é a da fusão do Ministério da Agricultura com o do Meio Ambiente. Sobre isso já começa a haver reação no mundo, porque os países com democracia mais consolidada do que a do Brasil, e outras Repúblicas sabem da importância do processo da cadeia alimentar, da qualidade do que nós consumimos. O meio ambiente tem papel singular nisso. Não dá para fazer somente esse "ajuntamento", entre aspas, em que o agronegócio predomina, em detrimento da questão ambiental. Então, o mundo começa a reagir. É outro fator que poderá causar a desestabilização da balança comercial, numa visão capitalista, porque alguns produtos que nós exportamos têm que ter um selo ambiental. Essa fusão, esse rebaixamento do *status* do Ministério do Meio Ambiente que o deixa subordinado a uma secretaria, a um departamento do Ministério da Agricultura, num modelo antigo, tradicional que nós tínhamos, é muito grave para a

qualidade dos produtos do Brasil, para a agricultura, seja a familiar, seja o agronegócio, principalmente para a balança comercial, na qual o agronegócio tem peso enorme.

A outra questão que foi levantada aqui, inclusive pelo Deputado Daniel, é a da reação de um aliado, aqui em Brasília, que foi comandante aqui em Brasília. Avaliava-se que seria um poderoso no atual Governo, mas parece que está sendo rifado antes de o novo Governo assumir. É o Deputado Alberto Fraga. Ele já questiona esse modelo de segurança que não é dialogado com a sociedade.

Este é o Governo que algumas pessoas colocavam em verso e prosa. Diziam que o mal do Brasil era o PT, era a Esquerda, mas, antes de assumir, o novo Governo coloca que esses paradigmas, que terão consequência.

Não queria entrar na "fulanização", Deputada Erika Kokay, mas temos que destacar, sim, que o representante dele, que é do seu partido, na Paraíba, um cidadão que foi eleito, responde a várias denúncias, inclusive de violência contra mulheres. Ele representa uma empresa de segurança do Brasil. A vários outros processos ele responde. E a bandeira principal do Presidente eleito é contra a corrupção.

Agora, vejam os senhores o que é o mais grave: o Juiz Sérgio Moro, que não é imparcial, mas deveria ser, conforme preconiza a Lei da Magistratura, numa entrevista em que foi questionado, elogiou o futuro Chefe da Casa Civil, o Sr. Onyx Lorenzoni.

Ele disse: *"Eu respeito muito ele. Ele fez um erro, mas se perdoou."* Para alguns, temos o perdão — para os amigos. Para outros, temos o exagero da prisão, tal como a aberração da prisão do companheiro Lula. E o motivador da prisão foi um tríplex, o que até agora não foi provado. Existe uma premissa básica: só é dono quem registra o imóvel. Cadê a escritura do tríplex?

Então, mais uma vez a máscara de Moro cai para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(O Sr. Carlos Andrade, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Rubens Pereira Júnior, do PCdoB do Maranhão.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, membros da Mesa, nobres colegas Deputados, imprensa, galeria, senhoras e senhores que nos assistem, é natural que a formação de um novo governo seja atribuição do Presidente da República — nós não discutiremos isso —, mas é papel de uma oposição responsável criticar aquilo que entende que está equivocado e apresentar alternativa. Não se trata simplesmente de reclamar por reclamar, de divergir por ser contra. Mais do que isso, trata-se de não aceitar aquilo que é um erro estratégico contra o País. E falo isso diante da repercussão da fala do Sr. Presidente eleito, de que irá extinguir o Ministério do Trabalho.

É crucial para o País, neste momento, debater o combate ao desemprego. Uma das principais atribuições do Ministério do Trabalho é justamente a política de empregabilidade. O Ministério do Trabalho, que foi criado em 1930 pelo então Presidente Getúlio Vargas, nem mesmo durante a ditadura deixou de existir e tem outras funções importantíssimas, pelas quais, com a sua extinção, a sociedade simplesmente não saberá quem ficará responsável.

Não nos esqueçamos de que o valor social do trabalho é um fundamento da nossa República: está no art. 3º da Constituição Federal. Vejamos: essa decisão é ruim para o combate ao desemprego. Ela é ruim também para o bom empregador. Afinal de contas, o mau empregador praticará a concorrência desleal sem ser fiscalizado por ninguém. Ou seja, é algo que atrapalhará também o bom empregador. Vai ser frustrada a função fiscalizadora do Ministério do Trabalho. Em vez de investirmos em tecnologia, de aproveitarmos todo o *know-how* já existente, nós estaremos abrindo mão da função fiscalizatória. Estamos falando das condições de trabalho, das condições de saúde, da questão salarial, da política salarial. Tudo ficará em segundo plano sem a Pasta, que existe desde 1930 para tomar conta disso.

Mas vamos além: quanto menos fiscalização houver por parte do Poder Executivo, mais ações no Poder Judiciário haverá. Voltaremos a abarrotar a Justiça do Trabalho, que é mais lenta, o que é mais prejudicial para toda a sociedade. Portanto, menos fiscalização implicará mais ações trabalhistas, e esse não é o caminho que nós desejamos.

Se V.Exas. acham que os problemas decorrentes da extinção do Ministério do Trabalho são apenas esses, a resposta é "não". Vamos citar dois gravíssimos problemas que o Brasil enfrenta: o trabalho infantil e o trabalho escravo. Sem a fiscalização do Ministério do Trabalho, nós voltaremos a perceber índices crescentes de trabalho infantil e de trabalho escravo.

O trabalho escravo, até 1995, o Brasil sequer reconhecia. A partir de então, passou a ser reconhecido, internacionalmente, pelo combate ao trabalho escravo. O Presidente eleito já disse algumas vezes, durante a campanha: *"Não é bem isso. Isso não é trabalho escravo"*. Em alguns momentos, apresentou dados falsos.

Se nós não tivermos um órgão do Executivo que combata o trabalho infantil e o trabalho escravo no nosso País, infelizmente, aquilo que já é ruim se tornará ainda mais desastroso. Por isso, nós repudiamos o anúncio da extinção do Ministério do Trabalho. Não é por aí que se consegue melhorar aquilo que já está instalado hoje. Temos que combater a corrupção, sim, temos que conter gastos, sim, mas não com a extinção de uma Pasta tão importante quanto o Ministério do Trabalho, o que vai trazer muitos prejuízos para a sociedade brasileira.

Deixamos aqui o nosso repúdio e fazemos um apelo ao novo Governo, para que não comece errado, ou seja, extinguindo o Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Carlos Andrade, registro a presença aqui de alunos e professores da Escola Classe 413 Sul.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

Tem a palavra o Deputado Carlos Andrade.

O SR. CARLOS ANDRADE (PHS - RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Izalci Lucas, é uma satisfação vê-lo conduzir os trabalhos desta Casa na manhã desta quinta-feira.

Quero cumprimentar as Deputadas e os Deputados aqui presentes e dizer da minha alegria de estar neste parlatório.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero falar da minha insatisfação com a gestão dos Governos anteriores. O Brasil tem espaço para melhorar, o Brasil tem esperança no novo Governo que está chegando. O Governo da Presidente Dilma Rousseff e o Governo do Presidente Michel Temer maltrataram o meu Estado, o Estado de Roraima, porque não promoveram a construção da linha de transmissão de energia elétrica entre as cidades de Manaus e Boa Vista que permitiria o desenvolvimento daquele Estado, daquele ente da Federação.

Em 2011, a ANEEL — Agência Nacional de Energia Elétrica, o Governo Federal, fez licitação para contratar a Transnorte Energia, um consórcio de empresas, para construir a linha entre Manaus e Boa Vista. São 800 quilômetros de linha, Sr. Presidente. Até hoje, em 2018, essa linha não está pronta, e a população, de mais de meio milhão de habitantes, espera por essa oportunidade de desenvolvimento para aquelas terras do extremo norte do Brasil. Não posso me furtar a vir aqui registrar a insatisfação da população brasileira que mora naquele extremo do Brasil.

A Transnorte Energia já desembolsou mais de meio bilhão de reais para a construção daquela linha que permitiria o desenvolvimento do Estado de Roraima. E nós o povo de Roraima continuamos a enfrentar vários apagões. No ano passado, mais de trinta apagões ocorreram na Capital, na cidade de Boa Vista. O desenvolvimento não chega porque o Governo Federal não tem compromisso, não tem responsabilidade com os brasileiros que lá estão.

O Presidente Michel Temer fez um compromisso com a bancada de Roraima ao assumir o Governo, e não cumpriu. Não cumpriu e penalizou o povo brasileiro que mora naquela região do País. Ele não cumpriu o compromisso firmado, a sua responsabilidade por aquela população.

O Brasil é formado por várias partes, mas aquela população, Deputado Izalci Lucas, que preside esta sessão, carece de atenção especial. A Região Norte como um todo necessita da atenção do Governo Federal. Nossa esperança, a esperança do povo brasileiro que lá reside, está no novo Governo, do Presidente Jair Bolsonaro, que chega. A nossa esperança é a de que ele olhe com carinho e com atenção aqueles brasileiros que lá moram e promovem o desenvolvimento daquela região. Roraima foi o primeiro Estado brasileiro a dar uma votação expressiva — se não foi a maior do País — ao Presidente eleito Jair Bolsonaro.

Sr. Presidente, Deputado Izalci, essa é a esperança daquela população, daqueles brasileiros que lá estão, a esperança num compromisso firmado, de que as coisas aconteçam, de que o desenvolvimento aconteça na região. Essa é a esperança daqueles que lá aguardam por oportunidades.

Um grande abraço ao povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - O próximo orador inscrito é o Deputado Vicentinho Júnior, que tem a palavra.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PR - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, serei breve.

Quero só registrar que hoje o Tocantins, o meu Estado querido, está em luto. Perdemos uma figura carinhosa, respeitadíssima, uma líder dos movimentos sociais no meu Estado do Tocantins, mais especificamente na região norte, na querida região do Bico do Papagaio. Falo da D. Raimunda Quebradeira de Coco, líder que, por diversas vezes, teve reconhecimento no âmbito estadual e nacional e até mesmo internacional, por suas lutas em defesa do fortalecimento do empoderamento feminino, do respeito à cultura das quebradeiras de coco na região norte do meu Estado e da tradição do povo aguerrido e respeitoso da região norte do Estado do Tocantins.

Hoje o meu Estado, o meu Tocantins, perde uma filha querida e ilustre que residia na região norte, no Município de São Miguel do Tocantins. O corpo dela será velado hoje, com as honrarias merecidas.

Manifesto daqui o voto de pesar pela perda irreparável da nossa querida D. Raimunda Quebradeira de Coco.

Era só isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Tem a palavra o Deputado Rocha, do PSDB do Acre.

O SR. ROCHA (PSDB - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ocupo mais uma vez esta tribuna para constatar aquilo que tenho observado em outras oportunidades, nas tribunas desta Casa e do Senado Federal.

O povo brasileiro costuma nominar de "aves de mau agouro" aquelas aves que prenunciam uma catástrofe, que prenunciam uma tragédia. Aqui, nesta tribuna e em outras, tanto da Câmara quanto do Senado, nós temos observado o cantar, o chorar, o lamentar dessas aves de mau agouro em relação ao novo Presidente da República, em relação ao novo Governo, em relação ao Governo que ainda nem começou, com a máxima do "quanto pior, melhor", de que, se o futuro Presidente não for bem, se o futuro Presidente não cumprir aquilo que se comprometeu com a população brasileira em cumprir, vão tirar os dividendos político-eleitorais.

Pouco importa se passaram vários anos — 14 anos — no poder. Pouco importa se se elegeram junto com uma verdadeira quadrilha que saqueou a PETROBRAS, que saqueou os fundos de pensão, que quebrou o Brasil, que tinha relações escusas com líderes de vários países com afinidade político-ideológica com os Governos do PT. Pouco importa se muitos dos que aqui estão e que hoje lamentam e que hoje tentam pregar um quadro de caos para o próximo Governo, em muitas situações, elegeram-se com recursos escusos, com recursos desviados da PETROBRAS, dos fundos de pensão, do BNDES e de várias outras empresas que faziam parte do *pool* da corrupção capitaneado pelo ex-Presidente Lula, que hoje se encontra cumprindo pena por corrupção.

Sr. Presidente, eu quero pedir mais uma vez bom senso, responsabilidade. O que está em jogo é o nosso País, o que está em jogo é o futuro do Brasil, não a vantagem desse ou daquele partido, desse ou daquele grupo político. O que está em jogo é o futuro do nosso País. Eu quero pedir respeito à vontade do eleitor brasileiro, que decidiu, majoritariamente, pela eleição do hoje Deputado e futuro Presidente Jair Bolsonaro.

Quero dizer que, no primeiro turno das eleições, não acompanhei Bolsonaro. No primeiro turno, votei no candidato a Presidente do meu partido.

Quero dizer que este não é o momento de buscar vantagens políticas, de pregar o caos, de ouvir as lamúrias, o gemido das aves de mau agouro, mas, sim, de procurar convergências para tentar tirar o Brasil deste caos em que se encontra, do buraco em que o PT e os seus aliados — e não podemos desvincular Michel Temer de Dilma Rousseff e de Lula, não podemos desvincular o PT do PMDB — eram sócios. Eles roubaram juntos na PETROBRAS, roubaram juntos no BNDES, roubaram juntos nos fundos de pensão.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui pedir respeito ao eleitor brasileiro. É bom que desçam do palanque. A eleição acabou. Perderam a eleição. O Brasil não quis a reprise do caos que foram os Governos do PT, não quis eleger mais um poste. Por isso elegeu Jair Bolsonaro.

Quero pedir respeito, em especial, aos eleitores do meu Estado do Acre, que deram a maior vitória proporcional ao hoje Deputado e futuro Presidente Jair Bolsonaro, com 78,2% dos votos, num Estado que era comandado há mais de 20 anos pelo PT. Infelizmente, esse Estado vai vivenciar o caos gestado ao longo desses 20 anos: um rombo gigantesco na Previdência, uma dívida bilionária que representa mais da metade do orçamento anual do nosso Estado.

O eleitor acriano acordou, assim como o eleitor brasileiro, e varreu do mapa da política do meu Estado o PT. O PT tinha três Deputados Federais e não elegeu um sequer nas eleições deste ano. O PT tinha um Senador e não elegeu um nas eleições deste ano. O PT tinha um Governador, que perdeu no primeiro turno. Dos cinco Deputados Estaduais que tinha, ficará com dois na próxima legislatura. E pode até ficar com um Deputado apenas, porque um dos candidatos do Partido dos Trabalhadores foi preso logo após a eleição por corrupção eleitoral, algo que é muito comum no seio e nas hostes do PT.

Reforço o pedido de respeito ao eleitor brasileiro e, mais que isso, de respeito ao nosso País. Não é hora das aves de mau agouro. É hora de somar, para tirar o Brasil do buraco em que o PT o meteu.

Sr. Presidente, eu quero pedir a divulgação deste meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Erika Kokay, para uma Comunicação de Liderança, pela Oposição.

V.Exa. tem até 10 minutos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Acho que há Parlamentar que pensa que o povo é bobo. Há Parlamentar que não sabe que quem fez oposição e faz oposição ao Governo Michel Temer e ao seu recrudescimento através do Governo Jair Bolsonaro é o Partido dos Trabalhadores nesta Casa. Temer era Vice de Dilma Rousseff, mas a política que Temer defende, desde que assumiu a Presidência da República através de um golpe... Os Parlamentares que vêm aqui têm as mãos sujas. O PT não votou para que o golpe fosse impetrado contra o povo brasileiro, com o qual foram rasgados 54 milhões de votos e foi afastada ilegalmente Dilma Rousseff.

Quem votou para que nós tivéssemos na Presidência Michel Temer — que bate recordes de impopularidade na história deste País — foi o PSDB, foi o DEM. Foram esses que votaram e que agora sofreram nas urnas. Ou alguém aqui se esqueceu do desempenho eleitoral de Geraldo Alckmin? Alguém aqui esqueceu o desempenho eleitoral do PSDB?

Aqui se fala do PT. E o PT faz, sim, oposição ao Governo Temer, porque a política implementada pelo Governo Temer é antagônica à implementada pelo Governo do PT. Há uma entrega do pré-sal. O pré-sal foi descoberto no Governo Lula, que desenvolveu, através da PETROBRAS, a maior tecnologia do mundo em prospecção de petróleo em águas profundas. Temos uma das maiores reservas de petróleo do mundo. E isso tem sido entregue, com o voto do PSDB, com o voto do DEM, para a Shell, para a Esso, para as grandes petrolíferas internacionais. Ou não foram esses partidos que votaram para mudar as regras, para vender o excedente do óleo, que pertence à União, por preço abaixo do preço de mercado, sem licitação? Ou não foram esses partidos que votaram para acabar com o conteúdo nacional, o que tirou da indústria naval 2 mil empregos no Governo Lula, que construiu 72 mil empregos que estão sendo destruídos?

Esses partidos, o PSDB, o DEM e os seus puxadinhos, votaram aqui para que houvesse isenção de impostos para grandes petrolíferas, para abocanharem o nosso petróleo, para que um barril de petróleo fosse vendido a preço equivalente ao de uma garrafa de refrigerante, para que houvesse isenção de 1 trilhão de reais na entrega do pré-sal brasileiro.

Vocês estão entregando o pré-sal brasileiro e vêm dizer que isso é Governo Dilma? Não! Isso é Governo Temer, que vai ter a sua continuidade através de Jair Bolsonaro.

Como é que alguém vem aqui defender um Presidente que foi eleito sem participar de nenhum debate, um Presidente que todos os dias diz que não sabe os limites do rito do cargo de Presidente da República? Não sabe nem os limites verbais. Não sabe o que fazer, acha que o Brasil é um jogo de videogame e faz algo que nem a ditadura militar teve coragem de fazer, que é a extinção do Ministério do Trabalho.

O Ministério do Trabalho existe desde 1930. Ele foi responsável pelo resgate de milhares de pessoas de condições análogas à da escravidão. Foi responsável e é responsável pela fiscalização de todos os abusos que ficam marcados na pele e na alma deste País e de trabalhadores, é responsável por diagnosticar e, ao mesmo tempo, sugerir políticas de geração de emprego. Mas o Governo Temer e a sua continuidade, através de Jair Bolsonaro, não sabem o que é gerar emprego, porque entregaram este País para o rentismo.

E o que diz o Sr. Paulo Guedes, o "superministro"? Que vai ter que vender, vender e vender as nossas empresas. Ele fala em arrecadar, talvez, 1 trilhão, o que não se comprova em nenhum dado. Ele quer vender a PETROBRAS, quer vender o Banco do Brasil, quer vender a Caixa Econômica Federal, quer vender a ELETROBRAS, quer vender empresas que são instrumentos estratégicos para o crédito produtivo, para o crédito de longo prazo, os bancos públicos! Noventa e oito por cento das habitações de baixa renda são financiadas pela Caixa Econômica, mas querem colocar a Caixa Econômica talvez nas mãos do banco Itaú, este que foi anistiado em 25 milhões, este que foi favorecido na renegociação do REFIS. E queriam ontem mais uma vez abrir o REFIS, para favorecer os grandes inadimplentes deste País. Porque são os grandes que sonégam a Previdência — são aproximadamente 500 bilhões, meio trilhão de reais de sonégam.

O que eles estavam discutindo, Bolsonaro e Temer, abraçados, no dia de ontem? A reforma da Previdência Social, para penalizar o trabalhador, para impedir que o trabalhador se aposente no Brasil, porque em 53% dos Municípios brasileiros a expectativa de vida está abaixo dos 65 anos de idade, em média. Portanto, os trabalhadores não vão se aposentar e temem o convívio com Jair Bolsonaro, esse Presidente que é um monumento ao caráter tosco. O Brasil nunca teve um Presidente tão tosco, que não sabe o que fazer com a Nação, que não tem comando.

Ele vai ter um governo cheio de antagonismos, de grupos e de brigas internas. Ali tem um superministro que ganhou um superministério, Ministro que não entende nada de política de segurança, mas que ganha um superministério — e é um superministério — como prêmio por ter sido o principal cabo eleitoral de Jair Bolsonaro, a toga! A toga foi desnudada, tirou-se a toga e ali se viu a parcialidade de Sergio Moro de liberar uma delação filtrada, seletiva, uma delação premiada não aceita pelo Ministério Público há uma semana. E ele mesmo diz que antes da decisão do segundo turno tinha sido sondado, ou tinha sido convidado para assumir o Ministério.

Isso é uma vergonha para este País! É uma vergonha o que estão fazendo com o pré-sal! É uma vergonha o que querem fazer com a Medida Provisória nº 844, de 2018, que privatiza a água deste País. Querem privatizar o saneamento, entregar sob a égide do lucro, e não da vida. Água é vida! É uma vergonha! Acabar com o Ministério do Meio Ambiente é uma vergonha! Os profissionais do ICMBio estão enfrentando madeireiras, enfrentando mineradores ilegais, colocando em risco a sua própria vida, e agora eles estão falando em extinguir esse órgão.

Ora, é impossível defender um governo que se constrói na lógica misógina, LGBTfóbica, racista. Há um Presidente eleito através da fraude, da mentira, eleito através da construção paga, da compra, porque Sergio Moro foi comprado como cabo eleitoral deste Governo. Foi dado a ele, em troca dos seus serviços prestados a uma lógica não republicana e não democrática, a uma parcialidade da Justiça, um superministério. E aí vêm aqui falar do PT? O PT tem a maior bancada, o PT elegeu a maior bancada, o PT elegeu inúmeros Governadores no Brasil inteiro, e eles achavam que iam acabar com o PT! Mas aqui está no PT, defendendo a soberania nacional, defendendo o direito de amar da população LGBT, defendendo o direito de ser das mulheres, dos negros. Aqui está o PT, tirando as mordças que querem impor às escolas. Amordaçam as escolas porque querem criar analfabetos políticos.

Já dizia Brecht que o pior analfabeto é o analfabeto político, que não entende que o exercício da política determina o que ele vai comer, determina como ele vai se sentir, determina que liberdade ele terá.

Por isso, nós estamos vivendo tempos duros decerto, tempos fascistas, de anulação do outro, da autoridade de um Presidente que não sabe os limites rituais de um cargo, inclusive o limite das suas próprias palavras, e considera um quilombola como se gado fosse.

Querem calar as escolas? Querem proibir professor de falar a palavra "gênero"? Quem são esses? São os que querem que a população LGBT vá para dentro de armário, são os que querem resgatar os manicômios neste País, são os mesmos como uma Deputada eleita, de Santa Catarina, que posta uma foto com um taco de beisebol escrito: direitos humanos.

Isso pode! Isso pode! Taco de beisebol com o nome de direitos humanos, como se os direitos humanos não fossem fundamentais para a construção de uma sociedade de paz, para o direito de ser, de amar, o direito à escola, o direito à saúde.

Direitos humanos é apenas, moço, o direito de vivermos como ser humano. Mas vocês não querem que todos vivam como seres humanos, vocês acham que podem hierarquizar os seres humanos, que podem desrespeitar mais de 2 milhões de educadores da educação básica deste País, que podem tratá-los como se fossem inimigos, que podem calá-los e que podem impedir que nós tenhamos uma escola que troque saberes e que construa cidadãos e cidadãs.

Por isso, perdoem-me, o PSDB não tem moral para falar contra a corrupção! O PSDB não tem moral para falar contra o Governo Temer, porque foi a alma do Governo Temer e porque tem sido aquele que dá sustentação a todas as políticas nefastas desse Governo que serão reproduzidas e recrudescidas no Governo Bolsonaro, com a nossa resistência!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Assim que atingirmos o quórum, iniciaremos a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rocha, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. ROCHA (PSDB - AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu retorno a esta tribuna para falar das lágrimas e das lamúrias daqueles que perderam as eleições, mas não desceram do palanque, daqueles que começam a fazer o balanço de um Governo que ainda nem começou, daqueles que falam daquilo que o futuro Presidente fala. No entanto, esquecem que a ex-Presidente Dilma falou inúmeras asneiras, como estocar vento, que atrás de cada cachorro havia uma criança, e outras tantas barbaridades que a ex-Presidente e o ex-Presidente Lula falaram. Diante disso tudo, o que o atual Presidente fala é muito pouco.

O fato é que o futuro Presidente do País nunca se envolveu em corrupção, ao contrário daqueles que vêm a esta tribuna chorar, lamuriar.

Proponho aqui um exercício que já fiz. Há algum tempo, estava sentado ali na bancada do PSDB, acompanhando discursos de colegas do PT e de partidos aliados ao PT, e me propus a fazer uma pesquisa no Google, com o nome do Parlamentar e a palavra "corrupção" ao lado. A surpresa que tive foi uma verdadeira capivara. Esse é o termo usado na linguagem policial para descrever aquelas pessoas que têm uma vida pregressa extensa, uma vida pregressa recheada de casos ilícitos.

O fato, Sr. Presidente, é que esses Parlamentares têm que descer do palanque. É hora de somar, hora é de ajudar a reconstruir o Brasil que eles destruíram, hora de ajudar a tirar o Brasil da letargia, do desemprego, do desalento que o PT colocou ao longo de seus desgovernos.

Não dá para tentar confundir as coisas, não dá para tentar imputar ao PSDB a responsabilidade que é única e exclusiva do PT. Não foi o PT que escolheu o Presidente Temer como seu Vice? Não foi o PT que se aliou a todos os partidos que hoje critica? Não foi o PT que, segundo o Ministério Público Federal, se envolveu e liderou uma verdadeira quadrilha montada dentro do serviço federal para saquear o nosso País?

Não dá, Sr. Presidente, para tentar confundir as coisas e apagar o passado. O PT é, sim, o responsável pelos mais de 13 milhões de desempregados no Brasil. Não dá para esquecer o calote eleitoral aplicado pela ex-Presidente Dilma. Esse, sim, foi um calote eleitoral, quando disse na campanha que não iria aumentar a energia elétrica, que não iria aumentar o preço dos combustíveis, mas, logo depois da eleição, computados os votos, a ex-Presidente anuncia o reajuste dos combustíveis, o reajuste da tarifa de energia elétrica.

Não dá para tentar imputar a culpa ao Juiz Sergio Mouro, como se ele pudesse prever o resultado das eleições, e tentar criar a fantasia de um conluio, a fantasia de uma armação, para condenar aquele que foi acusado de corrupção. Digo isso com muita tranquilidade.

E digo mais para os colegas do PT, quem fez a denúncia contra o ex-Presidente do tríplice e do sítio de Atibaia fui eu. Atesta aqui a enorme quantidade de provas que foram acostadas nessa denúncia. A enorme quantidade de provas que serviram de substância para a investigação e, depois, para condenação do ex-Presidente Lula. Não dá para o PT tentar fechar uma porta e esquecer o passado. Não dá. A história da corrupção no Brasil está intimamente ligada ao Partido dos Trabalhadores que se assenhorou do País como se fosse dele.

Hoje eu vejo aqui muitos Parlamentares do PT, dos seus aliados, do PCdoB e de outros aliados, que tentam aqui reclamar do enxugamento da máquina. Ora, quem mais inchou a máquina pública neste País foi o PT, apadrinhando, aparelhando, dando emprego para os seus aliados em troca de votos, em troca de apoio político. Foi assim no petróleo, foi assim no mensalão, foi assim nas negociatas que envolveram enormes cifras de recursos e que bancaram a campanha de muitos dos que aqui vêm chorar, de muitas dessas aves de mau agouro que vêm aqui fazer um balanço final de um governo que ainda nem começou.

Façam uma autocrítica, avaliem os Governos Dilma e Lula, e vejam quando nasceu o grande esquema criminoso que surrupiou bilhões do nosso País e que levou muitos para a cadeia, a grande maioria do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, quero finalizar dizendo mais uma vez: respeitem o resultado das eleições, respeitem o eleitor brasileiro. É hora de descer do palanque, é hora de parar com as lamúrias e é a hora de somar para tirar o Brasil do buraco que o PT enfiou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho, por 1 minuto.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria registrar neste momento o meu posicionamento contrário ao aumento dos salários dos Ministros do Supremo Tribunal Federal aprovado ontem no Senado Federal, que inclusive fará com que haja aumento também aqui na Câmara dos Deputados.

O Brasil vive hoje uma crise sem precedentes. Muitas pessoas estão desempregadas, sem condições dignas de vida, e nós não podemos desassociar isso da realidade do País, aumentando os salários de quem já ganha muito.

Queria só colocar a minha posição: acho completamente inoportuno e inapropriado o aumento do salário dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Com a palavra o Deputado Professor Pacco.

O SR. PROFESSOR PACCO (PODE - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de começar o meu pronunciamento com um texto que diz o seguinte: *Não sou nem otimista, nem pessimista. Os otimistas são ingênuos, e os pessimistas, amargos. Sou um realista esperançoso. Sou um homem da esperança. Sei que é para um futuro muito longínquo. Sonho com o dia em que o sol de Deus vai espalhar justiça pelo mundo todo.*

Esse texto pode parecer um texto religioso, mas, na verdade, é um texto do poeta Ariano Suassuna. Textos como esse, Sr. Presidente, deveriam estar na prova do ENEM — Exame Nacional do Ensino Médio.

Agora vou ler um texto que constou na prova do ENEM, até para que os pais, as mães, as famílias, que estão nos ouvindo, comparem o texto que eu acabei de ler com o texto que estava na prova do ENEM nesse fim de semana: *"Acuenda o Pajubá": conheça o "dialeto secreto" utilizado por gays e travestis. Com origem no iorubá, linguagem foi adotada por travestis e ganhou a comunidade. "Nhaí, amapô!" — perdoem-me se a pronúncia estiver errada, eu não conheço dialeto de travestis — "Não faça a loka e pague meu acuê, deixe de equê se não eu puxo teu picumã!" Entendeu as palavras dessa frase? — se os Srs. Parlamentares e as pessoas que nos ouvem não conhecem essas palavras, o texto responde — Se sim, é porque você manja alguma coisa de pajubá, o "dialeto secreto" dos gays e travestis.* Sr. Presidente, é isso que estava na prova do ENEM no domingo passado.

Imaginem, para o aluno passar no ENEM, para ter direito a uma vaga na universidade, precisa conhecer um dialeto secreto dos gays e travestis. Imaginem, a partir de agora, se o seu filho, em vez de ir à escola, a um cursinho para estudar, disser: *"Mãe, pai, eu estou indo agora a um ponto de programa dos travestis, porque eu preciso aprender com eles o dialeto secreto"* — que aqui diz que é o pajubá.

Não temos o direito de discriminar ninguém, a comunidade LGBT, seja quem for, mas exigir que o aluno conheça um dialeto secreto? Primeiro: o dialeto é secreto. Então, para você conhecê-lo, você precisa fazer parte desse público, porque o dialeto é secreto. O aluno, para passar no ENEM, precisa conhecer o dialeto secreto de gays e travestis. É isso o que está sendo cobrado agora nas provas do ENEM.

Aí conseguimos perceber um dos motivos pelos quais a educação está do jeito que está. Sem discriminar ninguém aqui, a grande questão é que existe um viés ideológico.

Tenho certeza de que, se houvesse um texto religioso na prova do ENEM, muitos nesta Casa estariam se levantando para dizer que o Estado é laico e que isso é impraticável e inadmissível. Mas, agora, todos os alunos que fazem a prova do ensino médio do ENEM precisam conhecer um dialeto secreto. É um acinte, é um absurdo o que caiu na prova do ENEM! Eu gostaria que os pais prestassem atenção a isso e se isso é desejável.

Nós vimos também, Sr. Presidente, nesta semana um assassinato terrível: uma pessoa recebeu vários tiros no rosto, na Universidade de Brasília. Um lugar que é para ser o centro do saber, um centro de excelência se tornou palco de assassinato e, para a nossa tristeza, também palco de suicídio. Houve praticamente cinco suicídios neste ano na Universidade de Brasília.

Está havendo uma inversão de valores. Algo precisa ser mudado radicalmente na nossa educação. Essas coisas precisam ser mostradas aqui no Parlamento. Não se trata, mais uma vez, de discriminar ninguém, mas de mostrar a realidade. Existe um viés ideológico muito forte hoje na educação. Nós precisamos afastar esse viés e ensinar na escola aquilo que realmente as pessoas precisam aprender para a sua vida.

Muito obrigado.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - A lista de presença registra o comparecimento de 264 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.

Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe, pela Liderança do PSB.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB - AP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a população do meu Estado protesta neste momento em frente à sede do Governo do Amapá contra os estragos do Governador reeleito. São servidores públicos estaduais, vigilantes demitidos — quase 3 mil homens e mulheres desempregados —, sindicalistas, mães do Renda, um programa social que tira da miséria extrema mulheres no meu Estado. Waldez desconta a contribuição de cada servidor estadual, mas não a entrega aos bancos, aos sindicatos, à AMPREV, que é a garantia da aposentadoria deles. Os serviços públicos estão destruídos, os salários dos servidores parcelados, sem reajuste, as escolas sem merenda, 2 milhões de reais foram desviados — a Operação Senhores da Fome, da Polícia Federal, desvendou e mostrou isso para a sociedade —, serviços de saúde estão suspensos e sem serviços básicos.

A insegurança está fora de controle, ao ponto de que, durante a semana passada, um bandido entrou no Hospital de Emergência e executou um doente que estava sendo atendido naquele hospital. Ele demitiu milhares de vigilantes, como já disse, que estão em uma barraca em frente ao Palácio, fazendo o Natal sem Fome, pedindo alimentos da população para as suas famílias.

São 16 mil as mães do Renda. O desemprego é o dobro do País. Enquanto no Brasil é 12%, no Amapá ele está em 21%.

Os servidores estão com nome sujo na praça. Perderam crédito nos bancos e no comércio porque Waldez desconta a parcela dos empréstimos consignados e dá calote nos bancos. Dos 30 mil servidores estaduais, 75% tomaram empréstimo e estão nessa situação. A dívida com as financeiras já passa dos 220 milhões de reais. Waldez é reincidente nesse crime, fez isso em 2010. No final do seu segundo Governo, deu um calote de 79 milhões de reais nos bancos. Por isso, responde à Ação Penal nº 814, no Superior Tribunal de Justiça, que pode lhe render condenação de 6 anos e 9 meses de prisão.

Para ganhar esta eleição, Waldez quebrou o Amapá. O rombo nas contas públicas neste ano de 2018 já chega a 1 bilhão e 540 milhões de reais. Ele tem 2 meses de receita, 700 milhões de reais até o fim do ano para pagar três folhas e todas as despesas correntes. Não há como pagar.

Para chegar a esse ponto Waldez Góes contou com a complacência e a neutralidade do Senador Randolfe Rodrigues, que tem duas caras: aqui combate a corrupção; e, no Amapá, a protege. No ano passado, Waldez desviou 2 milhões de reais da merenda escolar. Randolfe não falou nada aqui no Congresso. Antes da eleição, não fez crítica e se reuniu com Waldez para combinar a neutralidade no segundo turno das eleições e assegurar-lhe a vitória. Agora se diz surpreso com a situação do Estado.

O Amapá espera que o STJ julgue o mais rápido possível a ação penal para condenar Waldez, como um freio à corrupção e à destruição do nosso Estado. É muita maldade que está sendo por ele perpetrada durante esses anos, agora com a perspectiva de mais 4 anos, com a população, com as crianças, com a juventude, com os homens e as mulheres, com os idosos.

Sr. Presidente, esse o registro que eu queria fazer nesta quinta-feira na sessão de hoje. Torno público o grito da nossa garganta em favor do povo do meu Estado, o Amapá, que neste momento sofre as piores agruras do nosso País.

Peço a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e registrado nos Anais da Casa.

Muito obrigada.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Esta Presidência retira de ofício os itens de 1 a 5 da pauta, por não haver acordo para votação.

Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 847, DE 2017

(DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 847, de 2017, que aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem (CN) nº 02, de 2017 (Mensagem nº 616, de 18 de novembro de 2016, na origem).

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Passa-se à discussão.

Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

Ausente.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, que falará a favor da matéria.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós vamos nos posicionar favoravelmente a esta proposição, mas venho muito mais para resgatar a própria verdade.

Eu entendo que haja Deputados, como o Deputado Rocha, que estejam arrependidos por terem apoiado o Governo Temer e sentem-se incomodados com isso. Apoiaram o Governo Temer! Colocaram Temer para presidir este País e desrespeitaram os eleitores e as eleitoras. Rasgaram 54 milhões de votos. Para impor este projeto, que foi derrotado nas urnas, tiveram que dar um golpe, um golpe jurídico-parlamentar, para poder colocar em curso um projeto que destrói qualquer perspectiva de um Brasil soberano.

Esses que votaram em Temer são responsáveis pelo petróleo que está indo embora, são responsáveis pela doação do pré-sal brasileiro. Se nós analisarmos a Noruega, veremos que aquele país, quando descobriu as reservas de petróleo, conseguiu sair de um dos piores IDHs da Europa para alcançar um dos melhores IDHs. A previdência na Noruega é bancada, em 70%, pelo próprio Estado. É uma política de proteção social.

Aqui eles deram um golpe. Tiraram ilegalmente Dilma Rousseff para pôr um Presidente ilegítimo, que está doando petróleo, com o compromisso daquele que assumirá a Presidência da República. Estavam ontem reunidos e abraçados

para impetrar um golpe ou tentar impetrar um golpe, ainda nesta Legislatura, contra a aposentadoria do povo brasileiro. É o que querem. O Sr. Paulo Guedes tem falado isso.

Trata-se de um sistema de capitalização que está levando ao aumento do suicídio de idosos no Chile e que foi implementado pelo Governo Pinochet, com a completa privatização da previdência. Hoje as aposentadorias não conseguem dar condição de vida digna para os idosos no Chile. O próprio Estado está reconsiderando uma nova política para tentar impedir o aumento de suicídios das pessoas idosas. É isso que eles querem para o Brasil!

E me vêm falar de precificar a Caixa Econômica, precificar o Banco do Brasil, precificar a PETROBRAS e a ELETROBRAS! E querem estabelecer que essas empresas vão resolver o problema no Brasil. Assim, perde-se o petróleo e perde-se a energia, que são insumos fundamentais para qualquer projeto de desenvolvimento. Perde-se o crédito produtivo. Entrega-se tudo isso para poder assegurar o desenvolvimento e o lucro dos rentistas, em um país que não cobra imposto dos lucros e rendimentos.

Nós estamos vivenciando isto neste Governo.

Aí me vem o Deputado Rocha falar de aumento de preço do combustível no Governo de Dilma Rousseff, quando a gasolina chegou a custar um pouco mais de 2 reais! Hoje o combustível custa quase 5 reais, num Governo apoiado pelo Deputado, um Governo que vai ser recrudescido por um Presidente que não participou de nenhum debate, que não diz com clareza e não sabe o que quer para o Brasil, que acha que o Brasil é um jogo de *video game*, que acha que pode sustentar um Governo através de uma lógica misógina, LGBTfóbica, sexista e racista.

Eu diria que o PSDB não tem moral para falar contra a corrupção. E é mentira dizer que a maioria dos que estão presos é petista. Presos como Luiz Inácio Lula da Silva são presos políticos, presos sem crime, presos sem provas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Para falar contrariamente à matéria, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Ausente.

Esclareço que o art. 173 do Regimento Interno diz que, "*anunciada a matéria, será dada a palavra aos oradores para discussão*", e o art. 175 dispõe que "*o Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá desviar-se da questão em debate*". Por isso, peço aos Deputados que se limitem ao assunto.

Declaro encerrada a discussão em segundo turno.

Passa-se à votação.

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Glauber Braga, que falará contrariamente à matéria. *(Pausa.)*

Ausente do plenário.

Para encaminhar a favor da matéria, tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Em verdade, não temos oposição a esta matéria e concordamos inclusive com que fosse colocada em votação, apesar de estarmos neste momento num período muito duro para a história deste Brasil, apesar de termos acordado com a confirmação de que haverá a extinção do Ministério do Trabalho, um Ministério que existe desde 1930! E não se quer discutir isto nesta Casa? Não se quer discutir a extinção de um Ministério que resgatou milhares de pessoas da condição do trabalho análogo ao trabalho escravo?

Por isso, hoje nós aproveitamos para fazer uma homenagem aos auditores e ao motorista, funcionários do Ministério do Trabalho, que foram assassinados na defesa da legalidade, na defesa de um trabalho que não resvale para esses pedaços da escravidão que estão na nossa contemporaneidade, porque o Brasil não fez o luto dos seus períodos traumáticos: não fez o luto da escravidão, não fez o luto do colonialismo, tampouco fez o luto da ditadura. Esses pedaços estão pululando na nossa contemporaneidade.

Hoje, nós estamos aqui para dizer que o Brasil vivencia momentos extremamente duros da sua história, extremamente duros!

Mas, ao mesmo tempo, como diz o poeta, "*toda realidade é grávida do seu contrário*": nós temos em ebulição o movimento belíssimo da juventude e o movimento das mulheres, que lutam pelos seus direitos. Lutamos pelo direito de sermos donas da nossa fala, sermos donas do nosso pensar, do nosso querer e do nosso sentir, portanto sermos donas dos nossos próprios corpos, que estão sempre ameaçados, porque há, na espreita e na surdina, a lógica LGBTfóbica, sexista e machista, que está tão em curso neste País. O fascismo acha que pode impunemente colocar uma faixa presidencial e calar todas as oposições.

Aliás, Silvio Santos tem feito coro com isso. O SBT, uma concessão pública, de forma injustificada coloca propaganda e *slogan* da época da ditadura militar: *Brasil, ame-o ou deixe-o*. Nós amamos o Brasil, e porque amamos o Brasil é que

nós permaneceremos no Brasil, e porque amamos o Brasil é que nós nos colocamos contrários a todos que querem trazer de volta períodos traumáticos da história brasileira.

A escravidão não vai voltar, nem a ditadura. Nós vamos resistir!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Em votação, em segundo turno, o Projeto de Decreto Legislativo nº 847, de 2017, ressaltados os destaques. *(Pausa.)*

Não há destaques.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.

Próximo item.

PROJETO DE LEI Nº 7.078, DE 2002

(DO PODER EXECUTIVO)

Reabertura da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.078-C, de 2002, que consolida a legislação que dispõe sobre os Planos de Benefícios e Custeio da Previdência Social e sobre a organização da Seguridade Social; tendo pareceres: do Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis, pela aprovação, com substitutivo (Relatora: Dep. Rita Camata); da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e do Substitutivo do Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis (Relator: Dep. Colbert Martins). EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO: tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com subemendas (Relator: Dep. Arnaldo Faria de Sá).

Passa-se à discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira. *(Pausa.)*

Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga. *(Pausa.)*

Ausente do plenário.

Oradores a favor da matéria.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Deputada Jô Moraes. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado José Mentor.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia perder a oportunidade de responder à cobrança do respeito aos oradores e aos eleitores, principalmente, feita nesta tribuna, para dizer que, atualmente, a maior bancada desta Casa, a do PT, respeita muito os 49 Deputados do PSDB.

E a futura bancada do PT — são 56 Deputados, a maior bancada eleita — respeita muito a bancada do PSDB, apesar de esta ter sido reduzida pela metade. Nós também respeitamos os 5% dos eleitores que deram voto ao ex-Governador Alckmin, mas nós exigimos respeito aos 30% que elegeram Haddad no primeiro turno e aos 45% dos eleitores que deram voto ao Haddad no segundo escrutínio. Portanto, acho que quem cobra respeito aos eleitores, pelos números, deve falar um pouquinho mais baixo.

Mas vejam que estou aqui para falar de outro assunto, que, aliás, a conjuntura sempre leva para um terceiro ou quarto grau, a Consolidação das Leis. Nós estamos tratando de um projeto que é de 2002 — V.Exa. leu o resumo do projeto —,

e estamos em 2018! Ele já veio várias vezes a este plenário, e um dos motivos é a conjuntura, porque toda vez que vem a Consolidação para o plenário, a conjuntura torna o projeto secundário, terciário, quaternário. E hoje, aqui, não menos, tanto que me fez tocar neste assunto importante.

Quero dizer a V.Exa. que eu faço uma emenda, porque o Regimento também, infelizmente, trata a Consolidação de maneira secundária. A minha emenda consolida até hoje a Previdência. É um assunto momentoso. Nós vamos ter uma nova legislação neste ano ou talvez — espero que não — para o próximo ano, mas é importante que aqueles agentes que trabalham com a Previdência tenham consolidada toda a legislação até hoje. Essa emenda aglutinativa vai à CCJC, encerrada a discussão, e volta a este Plenário para ser apreciada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na verdade, esta não é uma discussão de mérito. Temer e Jair Bolsonaro querem impor nesta Casa a discussão de mérito acerca da Previdência, tirando o direito à aposentadoria e criando um processo de capitalização que significa retirar o direito de uma aposentadoria que possa dar dignidade às pessoas.

Nós estamos vendo aqui aquilo que foi pensado na década de 70 por Pinochet. É a lógica de Pinochet que está em curso e invade uma proposta da Previdência. Mas aqui estamos discutindo apenas a Consolidação das Leis, que já foram apreciadas e já foram votadas por este Parlamento.

Portanto, estamos aqui nesta Consolidação, mas com uma convicção muito grande de que este Parlamento, ou esta Casa, não tem condições de apreciar qualquer tipo de reforma na Previdência. Até porque uma reforma a ser efetivada na Previdência deveria ter a participação do conjunto da sociedade. Nós sabemos que, na surdina, eles tentam construir a reforma, até desrespeitando o próprio Parlamento, porque é típico das condutas e das posturas autoritárias. Nós já escutamos que *"é preciso passar o rolo compressor no Parlamento"*. Também escutamos que *"é preciso dar uma prensa no Parlamento"*, ferindo-se uma cláusula pétrea, que fala acerca da independência dos Poderes. Este Poder Legislativo é um poder plural, que é, portanto, pulmão básico de qualquer processo democrático.

Ele não pode ser tratado como se fosse linha auxiliar do Poder Executivo. Não pode ser tratado dessa forma.

Nós estamos discutindo uma emenda que retorna para a CCJ, num processo de consolidação das leis relativas à Previdência. Estamos aqui também para dizer que corre risco a Previdência, não no dia de hoje, é óbvio, mas pelo que está sendo engendrado. Não é ataque à sonegação que chega a meio trilhão, mas algo está sendo engendrado para impedir que nós tenhamos aposentadoria neste País.

Aproveitando este momento, nós estamos aqui para reafirmar que seremos contra esta proposta de reforma que aí está e contra a discussão de uma proposta de reforma da Previdência que não seja fruto de um processo amplo de discussão com toda a sociedade. Somos contra, de forma inequívoca, a reforma da Previdência que eles querem trazer para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Declaro encerrada a discussão.

O projeto foi emendado.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para emissão de parecer à emenda, nos termos do art. 213, § 2º do Regimento Interno.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE - RJ) - Então, está resolvido.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Nada mais havendo a tratar, encerro a sessão, antes convocando Sessão Não Deliberativa de Debates para hoje, quinta-feira, dia 8 de novembro, às 14 horas.

(Encerra-se a sessão às 11 horas e 41 minutos.)

DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO STEFANO AGUIAR.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RONALDO CARLETTTO.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CELSO RUSSOMANNO.